



**ACÓRDÃO Nº718/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11569/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Jose Augusto de Melo Neto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Américo Valente Cavalcante Júnior – OAB/AM 8540, Andreza da Costa Paes – OAB/AM 12.353, Mônica Araújo Risuenho de Souza – OAB/AM 7.760 e Carolina Rodrigues Maia da Silva Peres – OAB/AM 12.514.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8315/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Multa.  
Recomendação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do **Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM**, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. Jose Augusto de Melo Neto**, na qualidade de Diretor-Presidente, à época, com fulcro no artigo 22, inciso II e art. 24 ambos da Lei estadual n.º 2.423/96 – LOTCE/AM, c/c o art. 188, §1.º, inciso II da Resolução n.º 04/2002 – RITCE/AM.

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Jose Augusto de Melo Neto** no valor de **R\$4.000,00-** quatro mil reais (com inserção da correção monetária referente ao valor mínimo atualizado em 2020), referente à irregularidade não sanada no item 3.1 do Relatório Conclusivo n.º 43/2019 – CI-DICA, com fundamento nos artigos 54, inciso VII, da Lei n.º 2.423/96 – LOTCE/AM c/c art. 308, inciso VII, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº718/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Recomendar** à atual direção do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - Cetam que atente para a escorreita fiscalização dos contratos celebrados pela autarquia, de forma a garantir a efetividade daqueles instrumentos de avença.

**10.4. Recomendar** à atual direção do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - Cetam observar hígidas justificativas e critérios para poderem utilizar o instituto da Dispensa de Licitação art.2º, 24, II, 25 e 26 da Lei federal nº 8.666/93.

**10.5. Notificar o Sr. Jose Augusto de Melo Neto** e seus patronos, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tome ciência da decisão.

**11- Ata:** 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 15 de Julho de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral